



Controversias y Concurrencias
Latinoamericanas

E-ISSN: 2219-1631

revistacyc.alas@gmail.com

Asociación Latinoamericana de
Sociología
Uruguay

Oliveira, Gleidylucy

POSITIVISMO NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO CIENTÍFICO NA
POLÍTICA E NA IDENTIDADE BRASILEIRA

Controversias y Concurrencias Latinoamericanas, vol. 2, núm. 3, octubre-, 2010, pp. 233-
248

Asociación Latinoamericana de Sociología

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588665414013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

POSITIVISMO NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO CIENTÍFICO NA POLÍTICA E NA IDENTIDADE BRASILEIRA

Gleidylucy Oliveira

RESUMO

Este artigo busca fazer uma reconstrução das influências do Positivismo no Brasil a partir da análise de fatos da vida política, artística e social que buscaram no paradigma tradicional da ciência uma legitimidade das ações. Sendo uma corrente filosófico-científica originária da França, chegou ao Brasil em meados do século XIX e influenciou um dos capítulos marcantes da história política, como a Proclamação da República. Além disso, percebe-se fortemente a influência das idéias e princípios positivistas nos movimentos literários do final do século XIX e início do século XX e também na busca da identidade nacional e na idéia de raça. Para iniciarmos a discussão, iremos resgatar as principais idéias do Positivismo. Depois seguiremos mostrando a influência do positivismo na história brasileira. A validade desta discussão se dá num momento de redefinição dos paradigmas da própria ciência e de crítica à hegemonia do positivismo como única forma de alcance do saber científico e objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Positivismo, República Brasileira, Caráter Nacional, Pensamento social

RESUMÉN

El artículo reconstruye las influencias del Positivismo en Brasil desde de la analisis de los fatos de la vida política, artística y sociale que buscaran en lo paradigma tradicional de la ciencia una legitimacion de las acción. El Positivismo es uma corriente filosofica-cientifica de la França y presentó ao Brasil en siglo XIX y he influído un de los capítulos más importantes de la história política que es la Proclamación de la Republica. Además he influído en la ideas y principios de los movimientos literarios del fim Del siglo XIX y inicio del siglo XX, y en la busqueda de la identidad nacional y en lo concepto de raça. En el principio de la discusión, vamos rescatar las principales ideas del Positivismo. Después seguiremos demostrando la influencia del positivismo en la historia brasileña. La validad de esta discusión se queda en un momiento de redefinición de los paradigmas científicos y la crítica a hegemonia del positivismo como única forma de llegar ao saber científico y objetivo.

PALAVRAS-CLAVE: Positivismo, Republica Brasileña, identidad, pensamiento social y raça

1. UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O POSITIVISMO

No final do século XVIII a Europa vive um momento crucial, tanto no campo da política, quanto no campo do conhecimento. Era o retorno das luzes. A ciência se libertava do julgo religioso e passava a ser tomada com a legitimidade de ser o resultado do conhecimento e da intelectualidade humana.

Como aponta Ribeiro Jr. (2003), “a revolução científica e a revolução das idéias não só forçavam formas novas de organização do capital, ou da educação, como também produziram um novo e característico sistema de idéias” (p.7)

Neste bojo, entre os temas a serem tratados e elucidados pelas luzes da ciência estava a realidade humana, as relações sociais, aquilo que era considerado os fenômenos mais complexos da realidade. Para tanto, era preciso buscar na ciência considerada como tal as bases para observar e analisar as relações humanas.

Neste cenário surge August Comte. Filósofo Francês, apontado como fundador do Positivismo, ele propõe um sistema que levaria à explicação da realidade por meio das “leis gerais”. Assim como a natureza era regida por leis que eram descobertas pelos físicos, matemáticos e astrônomos, a sociedade e a realidade humana também seriam regidas por estas regularidades.

Entre as características do sistema positivo proposto por Comte é preciso destacar as de maior relevo e importância para entender o Positivismo e suas influências no Brasil.

O cientificismo e o universalismo estavam na base de suas idéias. Para Comte, a ciência era a única forma verdadeira de captar o mundo e interpretá-lo. Já o universalismo decorre do fato já exposto da busca das regularidades e por entender que a sociedade é regida por estruturas e importava buscar suas leis e não suas causas. “Substituía-se o método a priori pelo método a posteriori” (Ribeiro Jr, 2003, p. 5).

Além disso, fortemente influenciado pelo evolucionismo de Darwin, Comte concebia a história como um caminho linear e que as sociedades caminhavam, em graus diferenciados, para a civilização e o desenvolvimento. É a partir deste fundamento que entendemos outros dois princípios básicos positivistas. Primeiro, a hierarquia das ciências, idéia de Comte que defendia uma classificação do pensamento humano e onde as ciências sociais ocupavam o topo do processo evolutivo da ciência.

O segundo é a *Lei dos Três Estados*. Este conceito é fundamental para o positivismo e serve de elucidação de seus desdobramentos. Para Comte, esta lei regia invariavelmente o desenvolvimento do espírito humano. Ele defendia que existiam

três estados do conhecimento: o teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato, e por fim o positivo ou científico.

Na sua obra “Curso da Filosofia Positiva, Comte explica o que seriam estes três estados

“No estado teológico, o espírito humano [...] apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo. No estado metafísico [...], os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo [...] Enfim, no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude.” (Comte, 1983, p. 4)

O autor chega a assemelhar os estados com as fases da vida de um ser humano: a fase teológica é relacionada à infância, a metafísica à juventude e a positiva à maturidade. E complementa, “a razão humana agora está suficientemente madura para que empreendamos laboriosas investigações científicas [...] Mas isso não poderia ocorrer na infância do espírito humano.” (ibid, p. 6)

2. POSITIVISMO E POLÍTICA

Apesar da defesa do distanciamento entre pesquisador e objeto defendido na idéia de neutralidade positiva, vários autores apontam uma preocupação com a reforma social e com a organização política nas obras de Comte.

Petit (1999) mostra que os estudos de Comte começaram na Escola Politécnica, onde questões como a busca de um sistema político estabilizado, o desenvolvimento científico e industrial e a busca do progresso e a felicidade estavam em debate.

Nas suas primeiras publicações, com o seu mestre Saint-Simon, Comte analisa a urgência e as condições para a reorganização social. Mas, rompe mais à frente com seu tutor ao manter a linha de que o progresso científico e o desenvolvimento do pensamento humano precedem a mudança na prática e nas estruturas.

“[Comte] insiste, tomando modelos científicos, na prioridade dos ajustes teóricos antes de qualquer execução prática; julga, conseqüentemente, ser a ‘classe dos cientistas’ a única apta a elaborar a ‘doutrina orgânica’ e dirigir as novas coordenações, a ‘dar’, em suma, ‘fim à crise atraindo a sociedade inteira para o caminho do novo sistema’.” (PETIT, 1999, p. 15-6)

Petit (ibid) explica ainda que, décadas depois de seus primeiros trabalhos e diante de um novo capítulo de conturbação social, Comte passa a tomar uma postura ainda mais ativa na modificação da realidade e da sociedade. Ela destaca que em *O Discurso sobre o conjunto do positivismo*, em 1845, Comte afirma que o positivismo é composto de uma filosofia e uma política inseparáveis, constituindo a primeira a base e a segunda o objetivo de um mesmo sistema universal. Petit analisa que “o positivismo visa não somente novas maneiras de pensar, como também de sentir e agir, em suma, novas maneiras de viver.” (PETIT, 1999, p.39)

Ao analisar a dimensão político-sociológica do pensamento de Comte, Trindade (1999) também traz uma contribuição na discussão sobre o aspecto político da obra comteana.

Ele discute que ainda nas suas obras iniciais, August Comte aponta a Monarquia Representativa como o sistema político que teria condições de organizar os sistemas filosóficos e estes a sociedade. Mas, o modelo de manutenção do rei auxiliado por um parlamento não comungava com a crítica feita aos poderes sobrenaturais como justificativa para a realidade, presente na lei dos 3 estados. A monarquia seria, diante disso, a forma política correspondente ao estado teológico (DOMINGUES DA SILVA, 1985).

Na busca por um sistema político que “eliminasse o arbitrário”, Comte recorre então à República Romana como forma de organização do estado político positivo e formato legítimo para levar a sociedade ao progresso. Sua principal preocupação era buscar um modelo que conseguisse, diante do caos do contexto político da França desde a Revolução Francesa até o segundo reinado, conciliar o espírito da ordem e do progresso. Ele aponta por fim que a elevação da política ao nível das ciências a tornaria positiva e, assim, capaz de se ocupar em organizar a sociedade na marcha da civilização.

2.1 O positivismo e a ditadura republicana

A prática política defendida por Comte possuía quatro pontos fundamentais:

- A constituição de uma assembléia política com representantes do setor produtivo
- A renovação mental e social precedendo a organização política
- Separação entre poderes sacerdotal, educador e industrial (de um lado) e do Estado (outro lado)
- Plena liberdade de expressão

Além destes, outro ponto importante na proposta política sustentada por Comte era que deveria ser um modelo de Ditadura Republicana. Assim, na visão de Comte, a república significaria o governo de um homem só – o presidente – que deveria por meio da ditadura reorganizar o caos e trazer a ordem.

Nela, o presidente deveria ser forte e concentrar em suas mãos todo o poder político, quer seja legislativo, quer seja executivo. Ele seria um homem que teria como principal responsabilidade o bem comum da nação. A partir do momento em que ele abandonasse o projeto do progresso social, sofreria uma rejeição pública e seria obrigado a renunciar.

Para o congresso restaria a função de fiscalizar o orçamento e seria o local onde haveria a representação do corpo intelectual (formado por cientistas) e dos setores produtivos.

Mas, como explica Ribeiro Jr. (2003), não haveria contradição ao usar o vocábulo “ditadura” juntamente com a idéia da República. Ele explica que para Comte, apenas por meio do poder centralizado na mão de um homem capaz a ordem poderia ser retomada diante do caos. E completa o termo não significava despotismo ou arbitrariedade. Seria “o regime em que se concilie (...) ação material com a preocupação exclusiva do bem público e, portanto, com a garantia constante do pleno exercício de todas as liberdades públicas” (RIBEIRO JR., 2003, p.194).

“para os partidários desta forma de governo, a pedra angular é a substituição da idéia de representação pela idéia de tutela e hegemonia, numa autocracia. A concentração da força política nas mãos do governante permitirá a existência de um regime capaz de promover o bem estar social garantido pela responsabilidade moral dos depositários do poder. A sociedade, a partir daí, será racionalmente estruturada, de modo ‘científico’, permitindo-se então a instauração da ordem moral que resultará necessariamente em progresso.” (DOMINGUES DA SILVA, 1985, p. 4)

A característica da política republicana ditatorial seria a da orientação segundo as leis naturais e científicas, especialmente as da Sociologia e as da Moral. A principal delas - Fraternidade Universal.

É a partir destas idéias que percebemos as semelhanças entre a proposta positivista de sistema político e capítulos da história política brasileira, quer seja em nível nacional quer seja em nível local.

2.2O positivismo e a República no Brasil

Há divergências entre o período exato em que as idéias positivistas chegaram ao Brasil. Trindade (1999a) aponta que já havia discípulos de Comte em solo brasileiro

na década de 30 do século XIX. Mas tanto ele quanto outros autores concordam que a projeção política e intelectual da corrente só veio se dar no início da segunda metade deste mesmo século, com a articulação e chegada de brasileiros que foram estudar na França. Estes se concentravam principalmente no exército, nas escolas de medicina e politécnicas, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Como aponta Domingues da Silva (1985), “a doutrinação que Comte pretendia fosse dirigida ao proletariado europeu, no Brasil, voltou-se para a burguesia, dado o nosso proletariado ser inculto, constituído principalmente pelo escravo e pelo imigrante (...)”. (p. 05)

De acordo com esta autora, o marco inaugural da difusão do positivismo foi a obra de Luís Pereira Barreto – *As três filosofias*. Ele integrava um grupo de adeptos das idéias positivistas em que se incluíam outros nomes como Benjamin Constant, Miguel Lemos e Teixeira Leite. Como afirma Trindade, “até 1870 o positivismo ocupa um espaço muito limitado no país, antes de se tornar um grande modismo nacional”. (TRINDADE, 1999a, p. 119)

Entre as preocupações dos positivistas estavam os rumos da política, o desenvolvimento e a reorganização social do Brasil que, diferentemente de outros países da América Latina, tinha mantido a monarquia como regime mesmo depois da independência da metrópole.

O país vivia um momento extremamente conturbado em que setores mais conservadores defendiam a continuidade da monarquia e uma mudança na estrutura econômica e social brasileira, como a abolição paulatina dos escravos. Estes faziam parte da corrente republicana liberal.

Já a outra corrente, denominada de republicana autoritária¹ e inspirada fortemente no positivismo de Comte, defendia a mudança urgente no regime e a instauração de um presidente ditador e uma constituição política ditatorial.

Entre os nomes fundamentais para a proclamação da república estava a figura de Benjamin Constant, positivista e um dos principais símbolos do movimento na época do Brasil. Sua influência foi tão grande na república que já no primeiro governo assume o posto de Ministro da Guerra e consegue influenciar setores da administração para as propostas da ala que representava.

A influência positivista se alastrou por várias discussões dentro do imaginário da República: as do mito de origem, do herói, da alegoria feminina, e chegou até a bandeira nacional, com os dizeres “ORDEM E PROGRESSO”.

Outro exemplo desta influência é encontrado em 1890 quando, por sugestão de Teixeira Mendes (outro membro do grupo positivista), foi fixada uma lista de

¹ Termo utilizado por Nady Moreira Domingues da Silva, op. cit, p.4

feriados nacionais onde não constavam os feriados religiosos da Páscoa, Natal e Corpus Christi - um traço da idéia positivista de separação entre Estado e Igreja.

Mas, Trindade (1999b) aponta que na primeira república a influência positivista foi até a bandeira. Suas derrotas começaram anos após a proclamação, com a criação da Assembléia Constituinte. O grupo positivista defendia a promulgação de uma constituição que garantisse um estado republicano ditatorial federativo. Mas foi derrotado pela maioria liberal da assembléia que defendeu uma constituição baseada no modelo presidencialista dos Estados Unidos da América.

2.3 A ditadura positivista no Rio Grande do Sul e o governo Vargas

Menos de seis meses depois da derrota em âmbito nacional, os positivistas conseguem um novo fôlego: a fundação da República Ditatorial do Rio Grande do Sul, sob a liderança de Julio de Castilhos. Este era deputado e participou das atividades na assembléia constituinte que pretendiam a promulgação da constituição de orientação positivista.

O modelo positivista conseguiu perdurar naquele estado de forma a retomar o plano político nacional por meio da Revolução de 30 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

No modelo criado no Rio Grande do Sul em 14 de julho de 1891, o governador era então um presidente do Estado. Este era escolhido por voto direto para um mandato de 5 anos podendo ser reeleito. Mas ficava sob a escolha do presidente a indicação do vice e do seu sucessor. Outro detalhe importante é que as funções executiva e legislativa ficavam nas mãos do presidente. Para a assembléia dos representantes (composta de 48 membros) restava apenas a função de fiscalização orçamentária – um traço claro da república nos moldes positivista. Ela se reunia apenas duas vezes no ano: a primeira para aprovar o orçamento e a segunda para examinar as despesas.

Neste modelo, o presidente do estado tinha o compromisso com a garantia da ordem e do progresso e deveria dar publicidade a todas as suas ações, para que a sociedade acompanhasse o que ele estava fazendo. Isto também era uma atribuição do presidente-ditador do sistema republicano ditatorial positivista.

O regime castilhista no Rio Grande do Sul conseguiu se manter por mais de duas décadas, apoiado, segundo Trindade (1999b), pelo sentimento de preservação da república, que sofria grande rejeição da classe dominante rio-grandense. Daí justifica, segundo este autor, a necessidade de uma ditadura para promover a modificação dos homens e das instituições, de acordo com o interesse público.

O positivismo, que fica germinando no recanto mais ao sul do país, retoma a cena nacional na década de 30 com o golpe de estado que leva Getúlio Vargas ao governo federal. Isto não poderia ter ocorrido sem trabalho prévio, ao longo de várias décadas, seja do castilhismo, no meio político, seja do positivismo, no meio militar (PAIM, 1974).

Positivista e correligionário de Castillos, Getúlio Vargas já apresentava traços do projeto político que defendia anos antes do golpe. Como aponta Ribeiro Jr. (...), ele defendeu claras posições positivistas numa entrevista ao *O País*, em 1925.

“A introdução do ensino religioso (...) pode acarretar inconvenientes. (...) O Estado (...) não deve ter preferências em matéria religiosa, porque seria uma indébita intervenção no domínio da consciência individual. Delimitado por essa função precípua da manutenção da ordem, cabe ao poder público assegurar as mais amplas garantias à manifestação do pensamento (...). O Estado deve ministrar o ensino leigo, aparelhando o espírito do aluno nos conhecimentos indispensáveis à luta pela vida, fortalecendo-o pela cultura cívica e estimulando a prática de virtudes.” (Ribeiro Júnior, 2003, 215-6)

O autor revela que além da constituição, promulgada sobre as mesmas bases da constituição castilhistas, Vargas reproduz aspectos positivistas também na política trabalhista (feita de acordo com as propostas feitas por Teixeira Mendes ao Governo Provisório) e na tese do monopólio estatal sobre o Petróleo (porque assim, sob o comando do estado, a exploração serviria ao bem da população).

3. O POSITIVISMO E A CRIAÇÃO DE UM “CARÁTER” NACIONAL BRASILEIRO

Mas não foi apenas no campo político que foi percebida a influência do sistema proposto por Comte. No contexto brasileiro pós-independência políticas, também havia a criação de novas demandas e ideários do país enquanto uma república. Uma das principais manifestações disto é percebida na busca de um símbolo e nas discussões sobre o povo que seria o legítimo representante do país. A busca pelo caráter nacional brasileiro se arraigou pela literatura e se desdobrou em outros movimentos no fim do século XIX e início do século XX. É sobre esta questão que iremos tratar nesta terceira parte do artigo.

3.1 Romantismo x Realismo/Naturalismo: a literatura na busca pelo representante original do Brasil

Os escritos literários no século XIX e XX no Brasil formam um referencial importante na análise da idéias e da discussão ocorrida na época quanto à identidade nacional. Surgidos no conturbado cenário político da independência, fim da monarquia e consolidação da república, o Romantismo e o Realismo/Naturalismo nos apresentam pistas das discussões travadas na época.

O Romantismo é um movimento literário que eclode no início do século XIX quando o Brasil ainda estava na luta pela chamada “independência de Portugal”. Foi um movimento que buscou na valorização da diferença entre o Brasil e a Europa (continente que representava a colonização) as condições de emancipação política.

Ele foi caracterizado por um forte nacionalismo e também um “exagero” do real. Entre os seus representantes existia, como aponta Moreira Leite (1992), um

“desequilíbrio entre o ideal romântico e a realidade que pode atingir; daí a revolta diante do destino, ou diante das limitações sociais impostas ao indivíduo, bem como sua atitude de fuga, ora para o passado, ora para a utopia e os movimentos de libertação”. (p. 164)

Os manifestos românticos atendiam então à necessidade de imagens que resumissem este nacionalismo e foram buscar na relação homem/natureza os elementos para isso. Assim, a celebração da natureza tropical e do índio como dono da terra é percebida em vários escritos da época. Um exemplo disso é encontrado na mais conhecida poesia romântica – A Canção do Exílio, de Gonçalves Dias.

“Minha terra tem palmeiras
Onde canta o Sabiá;
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá.
Nosso Céu tem mais estrelas
Nossas várzeas têm mais flores
Nossos bosques têm mais vida
Nossa vida mais amores (...)” (Moreira Leite, 1993, p. 169-70)

Outro exemplo disso, mais tardiamente, é a letra do hino nacional onde são retomados trechos deste poema.

Mas não bastava apenas exaltar o lado exuberante da natureza brasileira. Era preciso ainda mostrar como na Europa era tudo mais sombrio e diferente. “Quanto

aos países de clima temperado, acentua-se o frio, a neve, a nevoa constante – como se essa natureza fosse desagradável ou, pelo menos, para o homem tropical.” (Moreira Leite, *ibid*, p. 170)

No caso da prosa, a natureza aparece na forma do indianismo. Isto veio como resultado da busca de um passado independente da colônia. Daí, os autores encontraram no índio – o povo que já existia independente do colonizador – esta figura de “verdadeiros donos da terra”.

Se justifica, então, o movimento pós-independência em que brasileiros mudaram seus nomes portugueses por nomes indígenas. Além disso, a proposta de uma língua nacional que viesse a incorporar termos do tupi.

Além desta face mais contemplativa e celebrativa, o movimento romântico, já no seu final demonstra outras temáticas, como a escravidão, em Castro Alves.

“Pelo menos em parte, o efeito da poesia social e abolicionista de Castro Alves decorre do contraste entre a imagem da pátria, criada e aceita pelos poetas anteriores, e a denúncia da injustiça social ou do crime. (...) a crítica refere-se a apenas um aspecto (...). a crítica geral e a mudança de atitude seriam observadas na geração seguinte – a dos realistas.” (Moreira Leite, *ibid*, p. 176-7)

O romantismo é importante para se entender que já existia um sentimento da busca da nacionalidade, de símbolos que representassem o que era o Brasil em si e não a colônia de Portugal. Mas é no Realismo/Naturalismo que vamos encontrar a influência direta do positivismo – tema deste trabalho.

3.2 Realismo e cientificismo no século XIX

No século XIX, aponta Moreira Leite (*ibid*) o avanço tecnológico da ciência

“tinha demonstrado sua eficiência e utilidade. E o seu prestígio, fora dos círculos de especialistas e curiosos, decorreu dessas aplicações e, principalmente, da idéia de chegar ao controle do comportamento humano (...)” “o evolucionismo de Darwin tem um lugar muito saliente, sobretudo porque permite colocar o homem, definitivamente, no campo das ciências naturais. (...) ciência era frequentemente uma palavra prestigiosa, capaz de garantir a verdade do que afirmavam”. (p. 180)

Impregnados pelo domínio da ciência no período, os autores realistas deixam de lado o lirismo e a busca da unidade nacionalista dos românticos e parte para a discussão de temas sociais, perfeição formal, frieza efetiva e a descrição de paixões condenáveis.

Além disso, as idéias e posturas do realistas demonstravam um espírito da época que chegou também a influenciar a noção de pátria, povo e de raça.

Um exemplo desta corrente de autores é Silvio Romero. Bacharel em direito, Silvio era crítico literário e também escrevia poesia. Suas obras influenciaram autores como Euclides de Cunha e Gilberto Freire. Ele foi, segundo Moreira Leite (ibid), quem escreveu a mais ampla versão do Brasil do final do século XIX.

Influenciado por Spencer e Darwin, seus escritos tinham um traço marcante era o evolucionismo, onde o ponto final deste processo era a Europa. Ou seja, havia um caminho civilizatório para a humanidade e seu ápice era a realidade do chamado “velho mundo”. Como afirma Soares do Bem (2005),

“o nativismo deu, então, forçosamente, lugar ao eurocentrismo (...) Tais correntes de pensamento sedimentavam-se num conjunto de idéias que contribuíam para ignorar a especificidade do homem como agente histórico e produtor cultural”. (Soares do Bem, 2005, p.145)

A partir disso se decorre a idéia de que os mais fortes vencem a luta pela sobrevivência e repassam a adaptabilidade aos seus descendentes. E também, a explicação da história humana por aspectos físicos e biológicos, como o meio e a raça.

Isto justificava o predomínio da raça branca sobre as demais, consideradas “fósseis vivos” e inferiores, entre estas as raças que compunham o Brasil.

Quem seria então o verdadeiro brasileiro? A resposta, para Silvio Romero, não era o índio, mas o mestiço, resultado da mistura das “raças” que estavam no “meio” analisado.

Isto também porque o índio “romantizado”, ligado à natureza, herói nacional, não se encontrava na realidade do país. As populações indígenas estavam dizimadas e os seus poucos representantes isolados ou marginalizados, bem diferente do que propunham os ideais românticos.

E é interessante entender ainda que a “mestiçagem”, a mistura de raças que ocorreu no Brasil não era algo a ser louvado, mas combatido. Para Silvio Romero,

“Do consórcio, pois, de velha população latina, bestamente atrasada, bestamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte, este povo, que se diz, que se supõe grande, porque possui, entre outras maravilhas, ‘o mais belo país do mundo’ (...)”²

² Silvio Romero, O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. Apud MOREIRA LEITE, Dante. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. São Paulo: Ática, 1992

Percebemos nisso duas características marcantes na época: a crítica aos pressupostos românticos de exaltação da natureza e um forte teor naturalista e determinista que classificava as raças.

Mais discutível ainda foi o caminho ao qual estes pressupostos levou: a saída para a raça inferior do Brasil era a integração do brasileiro no desenvolvimento da humanidade, por meio da integração com as raças superiores – européia.

Era o discurso da legitimação da colonização e também da escravidão e exploração dos índios e negros no Brasil. Era a legitimação da superioridade do pensamento branco europeu, único capaz de conduzir o país ao desenvolvimento e à modernização. Era a confirmação do eurocentrismo no pensamento da época.

Nos seus trabalhos, Silvio Romero justifica o “atraso brasileiro” por causa do clima, da relatividade incapacidade das raças fundadoras do mestiço e ainda os fatores históricos. Vale destacar que, apesar de europeus, os portugueses eram considerados um tipo europeu inferior. O referencial ideal de brancos civilizados era o povo anglo-germânico.

Na discussão sobre os caminhos da economia do país rumo ao desenvolvimento moderno, Silvio insistiu na imigração como forma de aperfeiçoamento por parte do contato da sub-raça brasileira com os europeus e assim haveria um *branqueamento* da população e, conseqüentemente, seu desenvolvimento. Soares do Bem (op cit) afirma que esta linha de pensamento estimulou os processos de imigração de europeus para o Brasil que só teve fim na campanha de nacionalização da mão-de-obra, na década de 30, com Getúlio Vargas.

Vale ressaltar ainda que estes pensamentos nortearam grande parte dos escritos do início do século XX que se dedicaram ao regionalismo e à descrição do brasileiro.

3.3 Movimento sanitarista: “O Brasil é um grande hospital”

Com o romper do novo século a ciência é ainda mais reforçada como única prática capaz de responder às necessidades humanas. Percebemos no Brasil, então, que a biologia, a medicina e os laboratórios passam a ser os determinantes da explicação do não desenvolvimento do país. A ciência se coroa como legitimadora das respostas e salvação do Brasil.

Isto é o que percebemos ao analisarmos o movimento sanitarista brasileiro que se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX. A questão era responder ao seguinte dilema: teríamos sido então condenados pela raça e pelo clima À eterna inferioridade?

A medicina surge então como resposta ao dilema e aponta que não é a raça, mas a doença, o problema do país. Um mapeamento divulgado na década de 10 concluía que “o brasileiro era indolente e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria sanear-lo (...)” (Lima & Hochman, 1996, p. 23)

As causas do atraso do país não estavam necessariamente na raça, mas na marca de um povo doente. Este foi um debate central no resgate da identidade nacional.

Retratado em muitas obras literárias, o “caboclo”, o sertanejo era tratado como um homem preguiçoso, indolente e que, por isso, o país não se desenvolvia. Há um célebre personagem da literatura que retratava isso – o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. O escritor chegou a afirmar que o personagem, que representava o caboclo brasileiro, era uma praga nacional, funesto parasita e inadaptável à civilização.

Mas as descobertas reveladas pelas expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz mostravam uma grande parte da população vítima de doenças como a tripanossomíase americana – Doenças de Chagas.

Disso decorreu a conclusão de que a saída para o país era a saúde. O caboclo, o sertanejo, figuras que representavam uma face do povo brasileiro era indolente porque estava doente.³ Mais uma vez, a ciência vem dar a resposta às demandas sociais, aos entraves na construção do nacionalismo no país.

As principais idéias do movimento sanitarista começaram a ser divulgadas em artigos escritos por Belisário Penna, no *Correio da Manhã*, onde ele resume as principais conclusões do estudo do Instituto Oswaldo Cruz, resultado de uma expedição liderada pelo próprio Belisário.

Além das doenças, Belisário destacava a falta de uma identidade nacional, integracionista. Existia no sertanejo um sentimento de pertencimento local e não nacional, causado pelo isolamento do sertão das metrópoles. “Raro o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí é uma terra, Ceará é outra Terra. Pernambuco outra (...) A única Bandeira que conhecem é a do divino”⁴. Nesta época havia um movimento mundial, impulsionado pela Primeira Guerra Mundial, de busca de um caráter nacional.

Outro destaque neste período é o lugar atribuído à doença na sociedade brasileira. “Ela seria resultado do abandono, da inoperância e da descentralização

³ A idéia da doença foi tão forte que até mesmo a preguiça foi colocada como uma patologia chamada de ancilostomose, ou “doença da preguiça”. Ironicamente, ela atingia 70% da população pesquisada.

⁴ Penna e Neiva, 1916, p 121. Apud LIMA & HOCHMAN. p. 30.

das políticas existentes e, ao mesmo tempo, fator da integração nacional, na medida que passava a definir o próprio país.” (Lima & Hochman, *ibid*, p. 31). A doença era a imagem de um Brasil real resgatado pela ciência.

O movimento sanitaria, que originou-se a partir destas idéias e do ideal de resgatar o povo brasileiro da sua miserável condição de doente, era uma crítica a duas correntes de representação do país: a ufanista (com uma exaltação exagerada do país) e a fatalista (baseada na tese da inferioridade racial).

Este movimento também era uma crítica ao poder de mando local, reforçado pelo pacto federalista e pela descentralização das políticas públicas. Com isso, as ações que deveriam ser do estado ficavam nas mãos de mandatários locais que abandonavam o povo em situações precárias.

Por fim, o próprio Monteiro Lobato acaba refletindo os impactos deste imaginário de um país doente. Depois do autor ter contato com o movimento sanitaria, o seu personagem Jeca Tatu é modificado. Deixa de ser uma “praga nacional” e passa a ser considerado indolente porque está doente. No final, tem a redenção de ter sido curado por meio da medicina e, com saúde, se torna um grande fazendeiro. Além de rico e de falar inglês, Jeca se torna um educador sanitário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como assinala Santos (1989), a hegemonia da filosofia positivista nas ciências naturais permite uma série de discussões, dicotomias e confusões nas ciências sociais e, acrescento, na vida social como um todo. O modelo positivista é colocado como representante legítimo e unívoco da ciência, o que acaba limitando outras percepções e criando anomalias complicadas como as encontradas no Brasil. Um exemplo disso é a noção de raça e de civilização.

É preciso uma nova discussão epistemológica que possa contemplar os silêncios deixados pelo discurso dominante corrente. Toda a análise sobre a influência do positivismo no Brasil nos leva a perceber que isso ocorreu porque houve uma busca da racionalidade e da ciência para a orientação das ações. Uma busca legítima, mas que, se reduzida e fechada em si mesmo, causa contradições.

Esta discussão epistemológica está na raiz da questão do positivismo no Brasil. E na contemporaneidade, com um novo debate sobre as bases das ciências sociais e um novo movimento que busque articular as dicotomias, pode se perceber uma forma multicultural de entendimento do outro e da realidade do país.

O Brasil é um país enorme para ser encaixotado em símbolos universalistas gerais ou mesmo para empreender que a ordem e o progresso é o fim geral para todo o

povo. É preciso uma nova leitura da realidade baseada numa diferença que não gere resignação, mas ação e emancipação.

Vale ressaltar por fim, que assim como outros paradigmas, o positivismo e todos os seus tentáculos enraizados nas mais diferentes formas simbólicas e materiais, terá um dia sua substituição. Como afirma Santos (2000) os paradigmas sócio-culturais nascem, desenvolvem-se e morrem. Se a morte será total ou parcial, é um trabalho para o futuro.

Bibliografía

- Comte, August (1983) *Curso de filosofia positiva*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, Col. Os Pensadores
- Domingues Da Silva, Nady Moreira (1985). Positivismo no Brasil. In: *Filosofia em Revista*, p. 3-4.
- Lima, Nísia Trindade & Hochman, Gilberto (1996). Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB.
- Moreira Leite, Dante. (1992). *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Ática.
- Paim, Antônio. (1974). *História das idéias filosóficas no Brasil*. 2 ed. São Paulo, Grijaldo Ltda.
- Petit, Annie (1999). História de um sistema: o positivismo comteano. In: TRINDADE, Helgio (org.). *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Col. Academia/ Série Humanas
- Ribeiro Jr. (2003). *August Comte e o positivismo*. Campinas: Edicamp.
- Santos, Boaventura de Souza. (1989). *Introdução à ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____ (2002). *A crítica da razão indolente*. vol. 1. Cortez,
- Soares Do Bem, Arim. (2005) A centralidade dos movimentos sociais para a interpretação da sociedade brasileira nos séculos XIX e XX: elementos para a construção de tipologias. In: *Cadernos de Direitos*, n. 01: 139-72, jun/dez 2005.
- Trindade, Helgio. (1999^a). A república positivista: teoria e prática. In: Trindade, Helgio (org.) *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. Col. Academia/ Série Humanas.

- _____. (1999b) O jacobinismo castilhistas e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In: _____. *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. Col. Academia/ Série Humanas
- Triviños, Augusto Nibaldo Silva. (1987) *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas,.